



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0012735-94.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 282/2015 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 2030/2015 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **CARLOS ALEXANDRE DEROIDE**

Aos 06 de junho de 2016, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **CARLOS ALEXANDRE DEROIDE**, acompanhado do defensor, Dr. Antonio Carlos Florim. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Juliana Jesuína Dias, as testemunhas de acusação Adilson Aparecido Sabino e Cláudia Jesuína Dias, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado por roubo impróprio, uma vez que no dia e local indicados na denúncia ele e mais um elemento não identificado ingressaram na residência da vítima e após se apossarem do celular desta empregaram violência para garantir a detenção do bem, sendo que de lá saíram levando o aparelho. A ação penal é procedente. Em que pese a negativa do réu, vejo que a prova da materialidade do crime e da autoria não podem ser questionadas, não obstante a vítima seja pessoa com ligeira deficiência mental. Apesar de certa dificuldade de se expressar, a vítima logo após ter ocorrido o fato narrou o episódio à sua tia e ao policial que compareceu em sua casa. O policial Adilson disse que no mesmo dia ele foi até a residência da vítima e encontrou o veículo Parati parado nas proximidades da casa, sendo que no porta luvas havia uma CNH. No mesmo dia e logo após o crime, o policial disse que exibiu essa CNH para a vítima e esta reconheceu a foto do réu como sendo um dos autores do roubo. O réu foi localizado e depois, juntamente com mais duas outras pessoas, foi mostrado à vítima e à sua curadora, sendo que Juliana, dentre os três, voltou a apontar o réu como sendo o autor do roubo (fls. 22). Em juízo, a vítima tornou a reconhecer pessoalmente o réu, sem qualquer dúvida. A sua curadora confirmou em juízo que acompanhou a sobrinha na delegacia de polícia e que estava presente quando ela fez o reconhecimento pessoal na delegacia. Cláudia também, nesta audiência, reconheceu o réu como sendo a pessoa que a vítima reconheceu na delegacia de polícia, como sendo o autor do roubo. Como se sabe, em crime de roubo, o reconhecimento da vítima é prova essencial, uma vez que este tipo de delito geralmente ocorre sem a presença de testemunhas. No caso, como já falado, a reduzida deficiência da vítima não prejudicou o reconhecimento seguro que ela fez, que também foi confirmado pela sua tia. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: É de rigor a absolvição do acusado visto que por ocasião dos fatos e até a presente data não foram carreadas para os autos provas concretas capazes de se firmar um decreto condenatório no crime de roubo. Nesta audiência datada de 6/6/16, diante do r. juízo, foram ouvidas duas testemunhas de acusação, que não declinaram a autoria delitiva em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

relação ao ora acusado. A vítima tem dificuldade para falar, bem como deficiência mental, embora não é totalmente incapaz. Também nesta audiência o nobre representante do “parquet” apresentou seu memorial reiterando o pedido de condenação declinado na exordial acusatória. Desde o início da ação penal o réu confessa que não participou do crime. A vítima, devido a sua deficiência, não declina com exatidão a relação da res furtiva. A residência, local dos fatos, tem vários vizinhos e um simples pedido de socorro qualquer um poderia ter acionado o socorro melhor. Nas circunstâncias em que se deram o malfadado flagrante a autoridade policial nunca poderia ter a convicção de que o réu teria praticado o crime de roubo. Pelo exposto, reitera o pedido de sua absolvição. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. CARLOS ALEXANDRE DEROIDE**, RG 41.705.022, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, § 1º e § 2º, inciso II do Código Penal, porque no dia 27 de Outubro de 2015, por volta das 11h15, na Rua Raphael Manzini, n.º 870, neste Município e Comarca de São Carlos, na companhia de outro indivíduo ainda não identificado, com unidade de desígnios e plano comum, logo após subtrair para proveito comum um aparelho celular avaliado em R\$ 100,00, empregou violência contra Juliana Jesuina Dias a fim de assegurar a detenção do objeto para ambos. Apurou-se que na data dos fatos o averiguado e outro comparsa aproximaram-se da residência da vítima na condução de um veículo Parati – Placa HWV3690 e decidiram subtrair os objetos de valor que ali encontrassem. Para facilitar a empreitada, deixaram o veículo destrancado em uma rua vicinal próxima ao local e rumaram para a residência. Lá chegando, ao ingressarem em um dos quartos, apossaram-se de um aparelho celular, que estava sob a cama, quando se depararam com a vítima. De posse do objeto, os roubadores rumaram em direção a cozinha da casa, seguidos pela vítima, quando então, para garantir a detenção do aparelho de telefonia, o réu agarrou a vítima pelo braço, levou-a até um dos quartos e, com o auxílio de uma toalha, amarrou os braços da vítima deixando-a trancada no local. Após desvencilhar-se, a vítima pulou a janela e começou a gritar por socorro, quando novamente foi surpreendida pelo réu, que, aplicando-lhe uma gravata, imobilizou-a. Ato contínuo desferiu um soco em sua face e a arremessou ao solo. Não encontrando mais resistência, os roubadores deixaram o local na posse do celular da vítima. Recebida a denúncia (página 64), o réu foi citado (página 73/74) e respondeu a acusação através de seu defensor (página 79). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição por falta de provas. **É o relatório. DECIDO.** Está demonstrado que de fato a vítima foi surpreendida em sua residência por duas pessoas e que uma delas chegou a agredi-la. Após a ocorrência de um fato e a polícia ser avisada, os policiais que atenderam a ocorrência avistaram o veículo nas imediações e nele encontraram no porta-luvas uma CNH, que pertence ao réu. Segundo o policial hoje ouvido, o documento foi mostrado à vítima e esta teria reconhecido a pessoa da foto como sendo um dos ladrões. Posteriormente, ela reafirmou esse reconhecimento na delegacia de polícia, confirmando inicialmente o reconhecimento fotográfico (fls. 23) e depois o pessoal (fls. 24). O réu sempre negou a autoria do roubo e afirmou na polícia e reiterou em juízo que na ocasião estava com o seu veículo, uma Parati, quando acabou o combustível. Então deixou o veículo em uma rua de terra e foi para a casa da sogra, onde almoçou e em seguida adquiriu gasolina para abastecer o carro. Ao chegar no local onde tinha deixado o veículo constatou que este tinha sido removido pela polícia. Explicou que a sua CNH estava no porta-luvas. Tudo bem visto e examinado tem sido reconhecido de forma quase unânime pela jurisprudência que as declarações da vítima tem fundamental importância nesta espécie de delito, especialmente quando se constitui na única prova. E assim tenho decidido. Acontece que neste caso existe situação peculiar. A vítima tem certa deficiência mental, já tendo sido declarada a sua interdição (fls. 22). Tem certa dificuldade de se expressar, embora se consegue dela obter informações sobre os fatos acontecidos. Não resta a menor dúvida de que uma pessoa que seja especial, especialmente



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

quando sofre uma situação constrangedora e agressiva como a que ocorreu, não deixa de comprometer de forma mais acentuada o seu grau de higidez mental. Trata-se de pessoa dependente e em razão disso é de maior grau a possibilidade de ser influenciada e até mesmo sugestionada com os acontecimentos posteriores. Como disse o policial hoje ouvido, o mesmo encontrou a vítima bastante abalada e em choro constante, em cujo momento foi exibido a ela o documento encontrado no veículo. A situação pode ter levado a vítima a afirmar a certeza de que a pessoa da foto seria o ladrão e depois reiterado o reconhecimento na delegacia de polícia. De ver que a vítima foi ouvida na delegacia quase um mês depois e nessa ocasião, antes do delegado submeter a vítima a reconhecimento pessoal do réu, com a presença de outras pessoas, como consta do auto de fls. 24, foi realizado antes o reconhecimento fotográfico com exibição do mesmo documento que teria sido encontrado no veículo (fls. 23). Ora, sendo mostrado primeiro a foto do documento que a vítima tinha visto antes, é evidente que ela logo apontaria para a pessoa do réu, mesmo sendo colocado na presença de outras pessoas. Além disso, não se sabe se as outras pessoas mostradas têm características parecidas com do réu. É até provável quer alguma delas seja policial da própria delegacia, como costumeiramente acontece. Diante deste quadro não é possível dizer que o reconhecimento feito pela vítima não esteja comprometido, quer pelas condições pessoais da mesma, como também pelas impropriedades verificadas na atuação da polícia na formalização do reconhecimento. Como se sabe, uma condenação, especialmente por crime grave como é o roubo, há necessidade de se ter certeza plena de que o acusado realmente é o autor do delito. Havendo dúvida, por mínima que seja, a solução deve ser a absolvição frente aos princípios norteadores do reconhecimento da culpabilidade. Aqui não se está reconhecendo que a vítima está mentindo. Longe disso. É até provável que o réu seja um dos autores do delito cometido, mas não se pode fazer um juízo completo e perfeito para se chegar ao resultado condenatório. Preferível pronunciar-se pelo “non liquet”. É preferível absolver um culpado pela dúvida do que condenar inocente pela mesma deficiência. É assim que vejo os fatos deste processo, por ser mais saudável em qualquer sociedade ver culpados soltos do que inocentes presos. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO o réu CARLOS ALEXANDRE DEROIDE**, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Oficie-se à Del.Pol. para que o veículo apreendido seja liberado em favor do réu. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_ CASSIA MARIA MOZANER ROMANO, Oficial Maior, digitei, imprimi e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR:

RÉU: